

DISCURSO - SESSÃO SOLENE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PELOS 34 ANOS DA ATRICON

Senhor Presidente desta sessão,

Senhoras e senhores Deputados e Senadores,

Ministros, Conselheiros e Conselheiras, membros do Ministério Público de Contas, Conselheiros Substitutos, Auditores de Controle Externo, servidores e servidoras,

Autoridades, amigas e amigos do Sistema Tribunais de Contas,

Subir a esta tribuna, no plenário da Câmara dos Deputados, para celebrar os 34 anos da Atricon é, para mim, motivo de profunda honra e de imensa gratidão.

Porque 34 anos não representam apenas uma sucessão de datas.

Representam uma história.

Uma história construída por pessoas.

Por ideias.

Por lutas.

Por conquistas.

E, sobretudo, por um propósito.

O propósito de fortalecer o controle externo para servir cada vez melhor à sociedade brasileira.

Em 26 de agosto de 1992, nascia a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Nascia uma entidade de representação.

Mas o tempo, a experiência e os desafios fizeram a Atricon crescer.

E eu diria que essa trajetória pode ser resumida em três movimentos muito simples.

A Atricon nasceu para representar.

Cresceu para integrar.

E amadureceu para transformar.

Transformar os próprios Tribunais de Contas.

Transformar a maneira de exercer o controle externo.

E contribuir para transformar, para melhor, a Administração Pública brasileira.

Ao longo desses 34 anos, muitas mulheres e muitos homens dedicaram parte importante de suas vidas a essa construção.

Cada presidente que passou pela Atricon colocou um tijolo nesta obra.

Cada diretoria acrescentou uma página a esta história.

Cada Tribunal de Contas trouxe experiências, conhecimento e capacidade de inovação.

Por isso, celebrar a Atricon é também prestar homenagem a todos aqueles que vieram antes de nós.

Nós somos apenas passageiros de uma instituição que precisa ser permanente.

E talvez esteja justamente aí uma das maiores virtudes da Atricon.

A capacidade de preservar o que deu certo, aperfeiçoar o que precisa melhorar e preparar o caminho para quem virá depois.

Foi assim que construímos instrumentos que mudaram a realidade do controle externo brasileiro.

O Programa Qualidade e Agilidade e o Marco de Medição de Desempenho permitiram que os próprios Tribunais de Contas abrissem suas portas, se

avaliassem, comparassem experiências, identificassem fragilidades e buscassem padrões cada vez mais elevados de qualidade.

E essa trajetória de aperfeiçoamento chega agora a uma nova etapa. Depois de aprendermos a medir a qualidade e o desempenho das nossas instituições, avançamos para o Marco de Medição de Desempenho e Impacto.

Não queremos mais medir apenas o que os Tribunais de Contas fazem. Queremos medir o resultado daquilo que fazemos e, sobretudo, o impacto concreto da nossa atuação na vida do cidadão brasileiro.

Porque o verdadeiro valor do controle externo não está apenas na quantidade de processos julgados, auditorias realizadas ou decisões proferidas. Está na capacidade de transformar essas ações em melhores serviços públicos, melhores políticas públicas e melhores condições de vida para a população.

Depois vieram novos desafios.

A transparência pública ganhou dimensão nacional.

O controle passou a olhar cada vez mais para resultados.

Avançamos na educação, na primeira infância, no meio ambiente, na prevenção à corrupção, na governança, na infraestrutura e na melhoria das políticas públicas.

Fortalecemos o consensualismo, porque compreendemos que controlar também é prevenir, orientar, dialogar e construir soluções juridicamente seguras para problemas reais da Administração.

E tudo isso parte de uma compreensão fundamental.

O controle externo não existe para si mesmo.

Ele existe para a sociedade.

Uma auditoria só encontra sua verdadeira razão de ser quando ajuda a melhorar uma escola.

Quando contribui para que uma criança tenha vaga na creche.

Quando evita que uma obra fique abandonada.

Quando ajuda um hospital a funcionar melhor.

Quando protege o meio ambiente.

Quando previne o desperdício.

Quando assegura transparência.

Quando faz com que cada real arrecadado do cidadão retorne à sociedade em políticas públicas melhores.

Essa é a dimensão humana do controle externo.

E foi por acreditar nisso que a Atricon trabalhou, ao longo de sua história, para transformar 33 Tribunais de Contas, com suas diferenças, suas peculiaridades e suas realidades regionais, em um verdadeiro sistema.

Um sistema que dialoga.

Um sistema que compartilha conhecimento.

Um sistema que aprende consigo mesmo.

Um sistema que se une quando a democracia, o interesse público e suas instituições precisam ser defendidos.

E esta Casa é testemunha de um dos maiores exemplos dessa união.

Foi aqui, no Congresso Nacional, que uma luta de muitos anos encontrou sua consagração constitucional.

Em 2026, com a Emenda Constitucional número 139, a Constituição brasileira passou a reconhecer expressamente os Tribunais de Contas como instituições permanentes e essenciais ao exercício do controle externo.

Foi uma conquista histórica.

E faço questão de dizer, desta tribuna, que essa conquista não pertence a uma pessoa, a uma diretoria ou a uma gestão.

Ela pertence ao Sistema Tribunais de Contas do Brasil.

Pertence aos que começaram essa caminhada.

Aos presidentes da Atricon que nos antecederam.

Aos 33 Tribunais de Contas.

Às entidades representativas do nosso sistema.

Aos membros, aos auditores, aos procuradores, aos técnicos e aos servidores.

E pertence também ao Congresso Nacional, que ouviu nossas razões, compreendeu a relevância do controle externo e escreveu essa essencialidade na Constituição da República.

Por isso, em nome da Atricon, registro o nosso reconhecimento à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Mas permitam me dizer algo que considero ainda mais importante.

Não basta sermos essenciais na Constituição.

Precisamos ser essenciais na vida das pessoas.

A nossa essencialidade será verdadeiramente reconhecida quando o cidadão compreender que o Tribunal de Contas está presente quando se protege o dinheiro da saúde.

Quando se melhora a educação.

Quando se fiscaliza uma obra.

Quando se combate a corrupção.

Quando se exige transparência.

Quando se protege uma criança.

Quando se preserva o patrimônio das futuras gerações.

É este o desafio dos próximos 34 anos.

Ser cada vez menos conhecidos pelos processos que julgamos e cada vez mais reconhecidos pelos resultados que ajudamos a produzir.

Ser menos uma instituição distante do cidadão e mais uma instituição percebida por ele.

Usar a tecnologia sem perder a humanidade.

Inovar sem abandonar a segurança jurídica.

Fiscalizar com rigor, mas também prevenir.

Punir quando necessário, mas construir soluções quando possível.

Preservar nossa independência, sem jamais perder a capacidade de dialogar.

Porque instituições fortes não são aquelas que se isolam.

Instituições fortes são aquelas que sabem quem são, sabem para que existem e permanecem fiéis ao interesse público.

Senhoras e senhores,

Ao completar 34 anos, a Atricon olha para trás com gratidão.

Olha para o presente com responsabilidade.

E olha para o futuro com esperança.

Há muito a comemorar.

Mas há ainda muito mais a fazer.

Que os próximos anos encontrem uma Atricon cada vez mais unida, moderna, inovadora, independente e próxima da sociedade.

Uma Atricon capaz de compreender que nenhuma conquista institucional é um ponto de chegada.

Toda conquista é, na verdade, um novo ponto de partida.

Aos que construíram esta história, a nossa gratidão.

Aos que hoje ajudam a escrevê-la, o nosso reconhecimento.

E aos que virão depois de nós, deixemos não apenas uma instituição mais forte, mas um propósito ainda maior.

Fazer do controle externo um instrumento permanente de transformação da Administração Pública e de melhoria da vida das pessoas.

Essa é a história que recebemos.

Essa é a responsabilidade que carregamos.

E esse é o legado que devemos entregar ao Brasil.

Viva a Atricon.

Viva o Sistema Tribunais de Contas.

E viva a República brasileira.

Muito obrigado.